



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Acionistas,
A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009 ("Lei Autorizativa" ou "Lei nº. 13.723/2009"). Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures realizadas nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, e do Programa Especial de Parcelamento - PEP.

1ª Estruturação

Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571. A 1ª Emissão (ICVM 476) contou com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos.

Em conformidade com o cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral da 1ª Emissão, com o pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, inscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as ações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2018 os direitos creditórios do PPI somavam R\$ 13.874.739.

2ª Estruturação

Em dezembro de 2014, por meio da Celebração de Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do Programa Especial de Parcelamento "PEP" no montante de R\$ 5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 1ª Série da 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos do PPI, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 3 próximas

parcelas de pagamento de remuneração e amortização. Em outubro de 2018, os ratings das Debêntures da CPSEC foram elevados após recalibragem da escala de ratings pela Standard & Poors Global Ratings, tendo a nota 1ª Série da 2ª Emissão sido elevada para "brBBB" e a nota da Debênture da 3ª Emissão para "brAAA".

Desempenho

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 59.811.118, conforme destacado nas notas explicativas, sendo que deste resultado, R\$ 9.860.300 são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas. A Administração propôs o crédito aos acionistas dos juros sobre o capital próprio, imputado ao dividendo obrigatório (artigo 202, da Lei nº 6.404/76, artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social), no valor de R\$ 11.608.988, o qual será efetivamente pago após a deliberação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em 30 de abril de 2019. O valor remanescente de R\$ 10.928.609, dos juros sobre o capital próprio provisionado (artigo 9º, da Lei nº 9.249/95), juntamente com os R\$ 23.732.673 referentes ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal e provisionamento do JCP imputado ao dividendo obrigatório, perfazendo o total de R\$ 34.661.282 foram reclassificados para a rubrica Reserva Especial, no Patrimônio Líquido, cuja proposta da Administração será a destinação para futuro aumento do capital social da Companhia. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstrações e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CPSEC esclarece que a empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no exercício de 2018, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria. A Administração da CPSEC entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R\$)

ATIVO	Notas Explicativas	Dezembro		PASSIVO	Notas Explicativas	Dezembro	
		2018	2017			2018	2017
CIRCULANTE		395.952.798	634.180.783	CIRCULANTE		132.230.775	181.120.488
Caixa e Equivalente de Caixa	4	67.006.877	114.128.824	Obrigações Sociais e Trabalhistas		162.426	125.796
Banco		55.237	1.040.700	Obrigações Sociais		68.407	53.124
Aplicações financeiras		66.951.640	113.088.124	Obrigações Trabalhistas		94.019	72.672
Contas a Receber	5 e 9	327.223.704	510.059.828	Fornecedores		42.300	53.405
Direitos Creditórios a Receber - PPI		13.326.354	49.667.786	Fornecedores		15.459	27.467
Ajuste a Valor Justo		(888.977)	(12.664.163)	Provisões para Pagamentos e Efetuar		26.841	25.938
Direitos Creditórios a Receber - PEP		316.242.611	478.867.772	Obrigações Fiscais		2.317.569	560.564
Ajuste a Valor Justo - PEP		(1.456.284)	(5.811.567)	Obrigações Fiscais Federais		2.317.569	560.564
Tributos a Recuperar	6	1.683.779	9.963.412	Debêntures	7	115.809.948	165.779.562
Tributos Correntes a Recuperar		1.683.779	9.963.412	Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		20.634.786	39.278.163
Adiantamento a funcionários		11.563	7.219	(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		(807.877)	(757.458)
Adiantamento de salários e ordenados		11.563	7.219	Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		96.037.039	127.358.563
Outros Ativos Circulantes		26.875	21.500	(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão		(54.000)	(99.706)
Despesas Antecipadas		26.875	21.500	Outras Obrigações	8	13.898.532	14.601.161
NÃO CIRCULANTE		723.948.114	1.278.974.434	Valores Transitórios a Pagar		2.105.967	3.739.493
Tributos Diferidos	9	378.329	4.684.145	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		183.577	202.502
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		378.329	4.684.145	Juros a pagar s/Capital Próprio		11.608.988	10.659.166
Contas a Receber	5 e 9	723.566.813	1.274.281.308	NÃO CIRCULANTE		604.371.301	1.396.937.521
Direitos Creditórios a Receber - PPI		548.385	2.942.817	Debêntures	7 e 9	604.371.301	1.396.937.521
Direitos Creditórios - PPI Rompidos		6.758.450	9.401.698	Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		142.925.217	163.048.497
Ajuste a Valor Justo		(223.757)	(1.112.734)	(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino		(852.939)	(1.660.816)
Direitos Creditórios a Receber - PEP		609.794.034	1.015.829.834	Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão		434.583.023	1.115.963.009
Direitos Creditórios - PEP Rompidos		102.599.555	243.891.335	Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão		(7.795.162)	(11.410.281)
Ajuste a Valor Justo - PEP		4.090.146	3.328.358	Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		35.517.708	131.057.658
ATIVO PERMANENTE		2.972	8.981	(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão		(6.546)	(60.546)
Imobilizado		2.972	8.981	Patrimônio Líquido	9 e 10	383.298.836	335.097.208
Bens Móveis		11.335	11.335	Capital Integralizado		343.139.100	335.000.000
Outras Imobilizações		7.950	14.510	Reserva Legal		5.498.454	3.054.457
(-) Depreciação Acumulada		(16.313)	(16.864)	Reserva Especial		34.661.282	8.139.602
TOTAL DO ATIVO		1.119.900.912	1.913.155.217	Lucros/(Prejuízos Acumulados)		-	(10.931.171)
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	(165.680)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.119.900.912	1.913.155.217

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R\$)			
	Notas Explicativas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	5 e 16	207.377.498	371.552.423
Receita Atualização PPI - Selic		15.428.798	62.788.709
Receita Atualização PEP		191.948.700	308.763.714
CUSTO DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	7 e 16	(137.137.545)	(293.986.352)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão		(16.590.842)	(35.252.254)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão		(97.848.911)	(211.207.840)
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão		(16.681.999)	(44.149.248)
PIS Não Cumulativo		(1.061.832)	(573.370)
Cofins Não Cumulativo		(4.953.961)	(2.803.640)
RESULTADO BRUTO		70.239.953	77.566.071
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(3.425.550)	(3.026.519)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		(3.305.777)	(2.893.526)
Despesas com Salários	11	(1.646.719)	(1.325.684)
Encargos Sociais e Obrigações	11	(746.905)	(636.134)
Serviços Técnicos Especializados	12	(694.130)	(732.473)
Anúncios e Publicações	12	(139.886)	(190.595)
Despesas Legais e Societárias	12	(7.395)	(8.640)
Doações	12	(70.742)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	12	(119.773)	(132.993)
Outras Receitas Operacionais		-	-
Outras Despesas Operacionais	12	(119.773)	(132.993)
RESULTADO FINANCEIRO	4 e 13	(16.589.705)	(3.617.519)
Receitas Financeiras		6.241.751	15.535.121
Juros sobre o capital próprio		(22.537.597)	(18.798.768)
Despesas Financeiras		(293.859)	(353.872)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E REVERSÕES		50.224.698	70.922.033
APURAÇÃO DE IMPOSTOS	9 e 14	(12.951.177)	(21.425.633)
Imposto de Renda		(6.331.805)	(3.265.784)
Contribuição Social sobre o Lucro		(2.313.557)	(1.184.322)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(4.305.815)	(16.975.527)
RESULTADO ANTES REVERSÕES		37.273.521	49.496.400
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio		22.537.597	18.798.768
LUCRO DO EXERCÍCIO	1 e 10	59.811.118	68.295.168
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)	19	17.56949	20,38662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R\$)			
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		59.811.118	68.295.168
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		59.811.118	68.295.168

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA			
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais R\$)			
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		59.811.118	68.295.168
Depreciação		6.010	1.396
Crédito de PIS e Cofins		28.837	2.983.394
Amortização de mensuração inicial da carteira de direitos creditórios		(14.166.115)	(52.292.643)
IRPJ e CSLL Diferidos		4.305.815	16.975.527
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		49.985.665	35.962.842
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS			
Direitos Creditórios a Receber - PPI		38.735.864	189.955.884
Direitos Creditórios a Receber - PEP		568.660.961	614.860.974
Direitos Creditórios PEP Rompidos		(202.592.092)	(321.873.399)
Direitos Creditórios PPI Rompidos		2.643.248	316.668
Tributos a recuperar		8.250.795	3.700.718
Adiantamentos a Terceiros		(4.344)	(7.219)
Despesas Antecipadas		(5.375)	(5.024)
Debêntures - 2ª emissão		(375.505.313)	(352.380.085)
Debêntures - 3ª emissão		(126.761.768)	(213.325.579)
Fornecedores		(12.007)	4.967
Contas a Pagar		1.775.613	(2.886.680)
Outras Obrigações		(1.633.526)	347.060
VARIAÇÕES DE ATIVOS E PASSIVOS		(86.447.944)	(81.291.715)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(36.462.279)	(45.328.873)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio		(10.659.668)	(97.953)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(10.659.668)	(97.953)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(47.121.947)	(45.426.826)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		114.128.824	159.555.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		67.006.877	114.128.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais R\$)

	2018	2017		2018	2017
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	207.377.498	371.552.423	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.947.892	15.181.249
Receita Atualização PPI - Selic	15.428.798	62.788.709	Receitas Financeiras	6.241.751	15.535.121
Receita Atualização PEP	191.948.700	308.763.714	Despesas Financeiras	(293.859)	(353.872)
DESPESAS E INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(132.098.474)	(291.603.781)	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	81.220.906	95.128.495
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(976.722)	(994.439)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	81.220.906	95.128.495
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	(16.590.842)	(35.252.254)	Pessoal	1.863.113	1.520.482
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(97.848.911)	(211.207.840)	FGTS	98.378	88.421
Juros de Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	(16.681.999)	(44.149.248)	Impostos, Taxas e Contribuições	19.448.297	25.224.424
VALOR ADICIONADO BRUTO	75.279.024	79.948.642	Remuneração de Capitais Próprios	59.811.118	68.295.168
RETENÇÕES	(6.010)	(1.396)	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	11.608.988	10.659.166
Depreciação, Amortização e Exaustão	(6.010)	(1.396)	Lucros Retidos/Prejuízo do Período	48.202.130	57.636.002
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	75.273.014	79.947.246			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais R\$)

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Capital Integralizado	Reserva Legal			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018		335.000.000	3.054.457	(165.680)	(10.931.171)	335.097.208
Aumento do Capital Social (AGO 27/04/2018)	10	8.139.100	-	(8.139.100)	-	-
Juros sobre Capital Próprio Pago	10	-	-	(502)	-	(502)
Lucro líquido do período		-	-	-	59.811.118	59.811.118
Reserva Legal	10	-	2.443.997	-	(2.443.997)	-
Reserva Especial	10	-	-	34.661.282	(34.661.282)	-
Juros sobre Capital Próprio Provisionado	10	-	-	-	(11.608.988)	(11.608.988)
Destinação da parcela do ajustes avaliação patrimonial realizado no período	5,7 e 9	-	-	165.680	(165.680)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>343.139.100</u>	<u>5.498.454</u>	<u>34.661.282</u>	<u>-</u>	<u>383.298.836</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017		335.000.000	810.422	(35.482.796)	(23.414.471)	276.913.155
Lucro líquido do período		-	-	-	68.295.168	68.295.168
Ajuste exercício anterior		-	-	-	548.051	548.051
Reserva Legal	10	-	2.244.035	-	(2.244.035)	-
Reserva Especial	10	-	-	8.139.602	(8.139.602)	-
Juros sobre Capital Próprio Provisionado	10	-	-	-	(10.659.166)	(10.659.166)
Destinação da parcela do ajustes avaliação patrimonial realizado no período	5,7 e 9	-	-	35.317.116	(35.317.116)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>335.000.000</u>	<u>3.054.457</u>	<u>8.139.602</u>	<u>(10.931.171)</u>	<u>335.097.208</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Securitização ("Companhia" ou "CPSEC") é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009. Vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As demonstrações financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI ("PPI") e do Programa Especial de Parcelamento - PEP ("PEP"). **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969. A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571. A 1ª Emissão (ICVM 476) contou com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos. Em conformidade com o cronograma de amortização, em 29 de fevereiro de 2016, a Companhia promoveu o resgate integral das Debêntures com Garantia Real - 1ª Emissão, com o pagamento da última parcela de juros e amortização. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia promoveu o resgate total das Debêntures Subordinadas, inscritas pelo Estado de São Paulo, mediante as amortizações financeiras antecipadas e as dações em pagamento de direitos creditórios de PPI rompidos. Em 31 de dezembro de 2018 os direitos creditórios ativos do PPI somavam R\$ 13.874.739. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração do Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843. A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 1ª Série da 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. À época da emissão, as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão obtiveram rating "brBBB", atribuída pela Standard & Poors. Em fevereiro de 2017 houve alteração do rating da Debênture 1ª Série da 2ª Emissão para "brBB". Em outubro de 2018, os ratings das Debêntures da CPSEC foram elevados após recalibragem da escala de ratings, tendo a nota 1ª Série da 2ª Emissão sido elevada para "brBBB", conforme detalhamento na Nota explicativa nº 7. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos do PPI, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 3 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. À época da emissão, as Debêntures da 3ª Emissão obteve nota de rating "brAA", atribuída pela Standard & Poors. Em fevereiro de 2016 houve a alteração do rating da Debênture da 3ª Emissão para "brAA-", em razão do rebaixamento do rating da República Federativa do Brasil. Em outubro de 2018, a S&P Global Ratings elevou o rating da Debênture da 3ª Emissão para "brAAA", conforme detalhamento na Nota explicativa nº 7. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou um lucro de R\$ 59.811.118 (R\$ 68.295.168, em 2017), sendo que deste resultado, R\$ 9.860.300 (R\$ 35.317.116, em 2017) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. a) Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. **Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas. **Aprovação das Demonstrações financeiras:** A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de março de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras, que já consideram as alterações de práticas contábeis em vigor a partir de 2018 (vide item i) são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras em fundo de investimento resgatável a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros. Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade. Valor justo é o valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo "preço de mercado". O valor justo na data do negócio equivale ao preço da transação. Taxa efetiva é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso de instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. Se instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros. Modelo de negócio demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de

negócio determina se os fluxos de caixa da Companhia resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e os juros correspondem ao valor do dinheiro no tempo. Perda de crédito esperada é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de créditos, correspondendo ao valor presente de todos os déficits de caixa ao longo da vida esperada do respectivo instrumento financeiro. • Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros: Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. c) Redução ao valor recuperável ("impairment"): **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia, representados pelos direitos creditórios originários do PEP e do PPI, de acordo do CPC 48 (IFRS 9), são classificados como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, pois atendem cumulativamente as condições de ser mantido dentro do modelo de negócios da Companhia, cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber os fluxos de caixa contratuais, e de que os termos contratuais do ativo financeiro correspondem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O CPC 48 determina que a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperada em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, tendo como objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável, o reconhecimento de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo avaliados de forma individual ou coletiva, observando todas as informações razoáveis, sustentáveis e, inclusive, prospectivas. Os ativos financeiros representados pelas carteiras de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI são individualmente reclassificados e imediatamente transferidos para a categoria de "rompidos", quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade do respectivo parcelamento, nos termos dos respectivos programas de parcelamento. O saldo dos direitos creditórios considerados rompidos não sofre qualquer perda, redução ou depreciação, sendo que líquido e certo que, posteriormente, são integralmente utilizados para a amortização extraordinária das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo, na forma de dação em pagamento, nos termos das escrituras e documentos das debêntures. Convém destacar, ainda, que este procedimento da dação em pagamento do estoque de direitos creditórios rompidos para a amortização das debêntures subordinadas inscritas pelo Estado de São Paulo não distorce o resultado, nem gera qualquer ganho ou perda subjetiva às partes (Companhia e Estado), pois tanto as taxas, como os saldos envolvidos nestes instrumentos financeiros são idênticos e efetivamente produzem um resultado neutro. Em face desta garantia e prerrogativa assegurada contratualmente à Companhia, não são efetuadas provisões de perda sobre a carteira de crédito. d) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. f) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado inclui a apropriação do ajuste a valor justo dos direitos creditórios e das debêntures (Nota 9), apurados quando do reconhecimento inicial. g) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240.000 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. h) Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis. i) Novas Normas - CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, aprovou e tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS 9), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata dos requerimentos para reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018. Considerando que o citado CPC 48 (IFRS 9) adota uma nova abordagem para a classificação e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e contabilidade de hedge, em especial, a Companhia informa que as transações atuais sujeitas a avaliação segundo o CPC 48 (IFRS 9) são, substancialmente, a carteira de direitos creditórios oriundos do PEP e do PPI (Nota 5), classificados como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, e as debêntures emitidas (Nota 7), classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado, e que a Administração concluiu suas análises e observou que não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre a mensuração, classificação e apresentação das informações financeiras da Companhia. Ressaltamos, ainda, que a Companhia não está exposta a instrumentos de hedge. Para aplicação do CPC 48 (IFRS 9), a Companhia adotou o critério prospectivo, não obstante não ter havido impactos quanto à sua mensuração.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	55.237	1.040.700
Aplicações Financeiras	66.951.640	113.088.124
Total	67.006.877	114.128.824

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em cotas do fundo de investimento BB CPSEC FIC RF LP, fundo exclusivo da CPSEC, resgatável a qualquer momento e crédito em conta no mesmo dia, que investe seus recursos no BB Top RF Conservador Fundo de Investimento de Renda Fixa Longo Prazo, cuja carteira é composta por títulos públicos federais e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. Ambos são custodiados e administrados pelo Banco do Brasil e as cotas são ajustadas diariamente pelo Administrador. As referidas aplicações financeiras atendem as condições e critérios estabelecidos no Pronunciamento Contábil - CPC 03, os quais se referem à conversibilidade imediata em caixa e sem riscos de alteração no valor financeiro resgatado. Para fins de atendimento às condições contratuais previstas nas escrituras das debêntures emitidas a mercado, a totalidade dos recursos depositados nas contas vinculadas das respectivas operações, a porção relativa às aplicações financeiras mantidas pela Companhia tem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento, sem que sejam aplicadas quaisquer penalidades à Companhia, sendo certo sua conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com insignificante risco de mudança de valor, tendo como objetivo garantir o tempestivo pagamento das debêntures. O resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras foi registrado como "Receitas Financeiras", no montante de R\$ 6.241.751, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 15.535.121, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Continua

Continuação COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

5. Direitos Creditórios: Representados pelos valores dos Direitos Creditórios oriundos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP). Os Direitos Creditórios do PPI têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato. Já os Direitos Creditórios do PEP têm condições de realização e atualização pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Dessa forma, tanto os Direitos Creditórios do PPI, quanto os Direitos Creditórios do PEP, caracterizam-se como recebíveis. As segregações dos estoques de Direitos Creditórios do PPI e do PEP estão demonstradas abaixo, conforme o prazo de realização:

Classificação	Carteira de Recebíveis - PPI	
	31/12/2018	31/12/2017
	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	13.326.354	49.667.786
Até 24 meses	217.130	2.428.647
Até 48 meses	331.255	380.337
Até 60 meses	-	133.833
Total	13.874.739	52.610.603
PPI rompido (1)	6.758.450	9.401.698
Ajuste a Valor Justo a realizar (2)	(1.112.734)	(13.776.897)
Total	19.520.455	48.235.404
Curto Prazo	13.326.354	49.667.786
Longo Prazo	548.385	2.942.817

(1) Referem-se aos direitos creditórios de PPI Rompidos, objeto de futura compensação com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão. (2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (Nota 9).

Classificação	Carteira de Recebíveis - PEP	
	31/12/2018	31/12/2017
	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	316.242.611	478.867.772
Até 24 meses	190.017.534	283.414.973
Até 48 meses	311.854.767	424.460.678
Até 60 meses	83.529.304	173.624.229
Após 60 meses	24.392.429	134.329.954
Total	926.036.645	1.494.697.606
PEP rompido (3)	102.599.555	243.891.335
Ajuste a Valor Justo a realizar (4)	2.633.862	(2.483.209)
Total	1.031.270.062	1.736.105.732
Curto Prazo	316.242.611	478.867.772
Longo Prazo	609.794.034	1.015.829.834

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos, que serão futuramente compensados com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão, após a permanência mínima de 12 meses destes parcelamentos nesta situação. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia promoveu amortizações extraordinárias não financeiras das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, mediante Dações em Pagamento de PEP Rompidos, no valor acumulado de R\$ 343.883.872. (4) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações feitas ao longo do tempo, dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo (Nota 9).

6. Outros Ativos Circulantes

	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a compensar (a)	1.683.779	9.963.412
Adiantamento a funcionários	11.563	7.219
Despesas antecipadas	26.875	21.500
Total	1.722.217	9.992.131

(a) O total de tributos a compensar é composto por R\$ 1.234.515 de saldo negativo de IRPJ de 2016, R\$ 1.391 de saldo negativo de CSLL de 2016 e R\$ 447.873 de saldo negativo de IRPJ de 2017. A origem destes tributos advém substancialmente da retenção de imposto de renda sobre aplicações financeiras.

7. Debêntures: Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia emitiu um total de 5.212.299 debêntures, compreendendo 5 colocações (tranches) distintas cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Detalhamento/Características	Carteira de Debêntures	
	1ª Estruturação	2ª Estruturação
Garantia	Subordinada	Quirografária
Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão
Distribuição	Privada	Pública
Série	Única	1ª Série
Oferta	ICVM 476	ICVM 476
Classificação de Risco (S&P)	brAA-	brBBB
Fundo de Amortização	3 PMT	1,2 PMT
Data Emissão	30/11/2010	01/03/2012
Data Vencimento	28/02/2025	29/02/2016
Quantidade	10.479	1.200
Despesa Estruturação e Distribuição	-	5.197.305
Valor da Emissão	1.153.752.571	600.000.000
Prazo Amortização	171 meses	46 meses
Prazo Remanescente em 31.12.2018	Resgatada	Resgatada
Indexador utilizado	Selic Simples	100% DI
Spread		2,90% a.a.
Taxa efetiva (*)		DI+3,33% a.a.
Periodicidade de indexação	mensal	diária

As Debêntures Subordinadas, com vencimento em 28 de fevereiro de 2025, foram resgatadas integralmente em 31 de outubro de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 18 de julho de 2024, têm sua liquidação obrigatória somente em sua respectiva data de vencimento, razão pela qual o seu saldo devedor está classificado e registrado no passivo não circulante. No entanto, são realizadas amortizações financeiras antecipadas nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PPI e do PEP, após o pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e da 3ª Emissão. Conforme destacado na nota explicativa nº 15, são efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através de Eventos de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo. Periodicamente, também, são realizadas amortizações extraordinárias não financeiras no saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante a dação em pagamento de PEP Rompidos, mantidos em carteira há doze meses ou mais. Em outubro de 2018, a S&P Global Ratings elevou os ratings das debêntures da CPSEC, após a recalibragem da escala de ratings a fim de distinguir de maneira mais apropriada os ratings na Escala Nacional Brasil. Dessa forma, foram alterados os ratings das Debêntures da 3ª Emissão de 'brAA- (sf) UCO' para 'brAAA (sf)' e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão de 'brBB (sf) UCO' para 'brBBB (sf)'. Em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, da 1ª Série da 2ª Emissão, realizada em 26 de abril de 2017, foi deliberada a alteração do cronograma de amortização de 60 para 78 meses, com vencimento da última parcela de amortização em 17 de junho de 2021, cuja alteração do novo cronograma de amortização passou a produzir efeitos a partir de maio de 2017. No quadro abaixo são demonstrados o saldo devedor das Debêntures com Garantia Real - 3ª Emissão e da 1ª Série da 2ª Emissão, segregado por data de vencimento, conforme os respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Classificação	Carteira de Debêntures			
	1ª Série	2ª Emissão (CPSC12)	3ª Emissão (CPSC13)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Até 12 meses	20.634.786	39.278.163	96.037.039	127.358.563
Até 24 meses	89.141.236	20.123.280	35.517.708	95.539.950
Até 36 meses	53.783.981	89.141.236	-	35.517.708
Até 60 meses	-	53.783.981	-	-
Total	163.560.003	202.326.660	131.554.747	258.416.221
Custo de Transação a amortizar	(1.660.816)	(2.418.274)	(60.546)	(160.252)
Total	161.899.187	199.908.386	131.494.201	258.255.969
Curto prazo	20.634.786	39.278.163	96.037.039	127.358.563
Longo prazo	142.925.217	163.048.497	35.517.708	131.057.658

8. Outras Obrigações e Contingências: Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 registrava R\$ 2.105.967 (R\$ 3.739.493, em 2017). **Passivos contingentes:** Não há litígio em andamento ou riscos com divulgação requerida de acordo com o CPC 25.

9. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros: 1ª Estruturação: Em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 (vigente até dezembro de 2017), e o CPC 48 (IFRS 9) (que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou o ativo financeiro correspondente aos Direitos Creditórios do PPI, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") foi reconhecida uma redução inicial no valor de R\$ 278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, foi reconhecida uma redução de R\$ 147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R\$ 44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R\$ 86.775.722. Em virtude do resgate integral das Debêntures Subordinadas - 1ª Emissão, em 31 de outubro de 2016, mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios de PPI rompidos e as amortizações financeiras antecipadas, a Companhia, observando as premissas adotadas na mensuração inicial, promoveu também a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PPI. Em face do Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS 9), que trata dos requerimentos para reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, a Companhia informa que a única transação atual existente, relativa à 1ª Estruturação, sujeita a avaliação segundo o CPC 48 (IFRS 9), é a carteira de direitos creditórios oriundos do PPI (Nota 5), classificada como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado, e que a Administração concluiu suas análises e observou que não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre a mensuração, classificação e apresentação das informações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, em função da redução da carteira de Direitos Creditórios oriundos do PPI, o ajuste a valor justo a apropriar era de R\$ 1.112.734 (R\$ 13.776.897, em 2017). Consequentemente, naquela data os impostos diferidos decresceram para R\$ 378.329 (R\$ 4.684.145, em 2017) e o ajuste a valor justo líquido a apropriar do PPI para R\$ 734.404 (R\$ 9.092.752, em 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 12.664.163 (R\$ 49.928.019, em 2017), sendo R\$ 8.358.347, líquido dos efeitos tributários referente à realização do valor justo (mensuração inicial) no exercício (R\$ 32.952.492, em 2017). As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para

precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios do PPI, no valor de R\$ 2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um spread de 0,5% a.a.. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. **2ª Estruturação:** A Administração da CPSEC, em face dos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 (vigente até dezembro de 2017) e o atual CPC 48 (IFRS 9), que tratam do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou o ativo financeiro correspondente aos Direitos Creditórios do PEP, e na mensuração inicial do seu valor justo ("fair value") reconheceu uma redução no valor de R\$ 29.163.595. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, reconheceu uma redução de R\$ 43.416.926. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253.331, cujo valor foi registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial". A Companhia informa que as transações atuais existentes relativas à 2ª Estruturação, sujeitas a avaliação segundo o CPC 48 (IFRS 9), são substancialmente, a carteira de direitos creditórios oriundos do PEP, classificada como Ativo Financeiro Mensurado ao Custo Amortizado (Nota 5), e as debêntures emitidas classificadas como Passivo Financeiro Mensurado Subsequentemente ao Custo Amortizado (Nota 7), e que a Administração concluiu suas análises não identificando mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre a mensuração, classificação e apresentação das informações financeiras da Companhia. Em junho de 2016, nos termos da Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, a Companhia deu início aos procedimentos periódicos de resgate das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP, decorrentes de parcelamentos do PEP Rompidos há doze meses ou mais. Em dezembro de 2018, a Companhia promoveu um novo resgate parcial das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com base em Direitos Creditórios de PEP Rompidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o somatório das dações em pagamento utilizando os parcelamentos de PEP Rompidos alcançou o montante de R\$ 343.883.872. Considerando os saldos remanescentes de Direitos Creditórios do PEP mantidos em carteira e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão em dezembro de 2018, e observando as premissas adotadas na mensuração inicial, a Companhia promoveu a baixa (de forma equivalente) do ajuste a valor justo da carteira de direitos creditórios do PEP. Em 31 de dezembro de 2018 o valor justo a apropriar da carteira de Direitos Creditórios do PEP era de R\$ 2.633.862 positivo (R\$ 2.483.209, em 2017), enquanto que nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão estava em R\$ 7.795.162 (R\$ 11.410.281, em 2017), passando o ajuste a valor justo a apropriar líquido para R\$ 10.429.024 (R\$ 8.927.072, em 2017). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi incorporado ao resultado o valor de R\$ 1.501.953 (R\$ 2.364.623, em 2017), referente à realização do valor justo (mensuração inicial) no exercício. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 48 (IFRS 9), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Direitos Creditórios cedidos em 18 de dezembro de 2014, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 5.903.621.843, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um spread de 0,5% a.a. Este "spread" foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, subscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 5.118.620.000, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para calcular o valor justo do contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Em julho de 2015 foi concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia (ICVM 400), a qual tem como lastro os fluxos financeiros de Direitos Creditórios do PEP, tendo esta preferência no pagamento da remuneração e amortização, em relação às Debêntures da 2ª Emissão. Com os recursos provenientes desta captação a mercado, R\$ 750.000.000 foram direcionados à amortização extraordinária do saldo devedor das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, cuja movimentação também teve reflexo no valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não foi aplicado a apuração do valor justo em função de terem sido emitidas à taxa de mercado. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados.

Divulgação dos instrumentos financeiros por classe

	31/12/2018		31/12/2017	Categoria
	Valor contábil	Valor contábil		

Ativos Financeiros				
Direitos Creditórios	1.050.790.517	1.784.341.136		Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado
Passivos Financeiros				
Debêntures Mezanino				Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
(1ª Série da 2ª Emissão)	161.899.187	199.908.386		
Debêntures Quirografárias				Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
(2ª Série da 2ª Emissão)	426.787.861	1.104.552.728		
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão				Passivo financeiro mensurado subsequentemente ao custo amortizado
	131.494.201	258.255.969		

A categoria acima considera a previsão do CPC 48 (IFRS 9), tendo em vista o modelo de negócio da Companhia e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros. **Hierarquia de valor justo:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - "Inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado era de R\$ 343.139.100 em moeda corrente nacional, representado por 3.431.391 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. b) Lucro do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o lucro auferido foi de R\$ 59.811.118 (R\$ 68.295.168, em 2017), sendo que deste resultado, R\$ 9.860.300 (R\$ 35.317.116, em 2017) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. c) Reserva legal e Reserva Especial: A Reserva Legal, no valor de R\$ 5.498.454, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Reserva Especial, no valor de R\$ 34.661.282, proveniente da destinação do lucro líquido de 2018 e constituída para deliberação sobre futuro aumento de capital social da Companhia, sendo R\$ 10.928.609, referentes à parcela do JCP excedente ao dividendo obrigatório (artigo 9º, da Lei nº 9.249/95) e R\$ 23.732.673, referentes ao lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e o provisionamento do JCP imputado ao dividendo obrigatório. Em reunião de 27 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou a proposta da Diretoria de subscrição para aumento do capital, utilizando o saldo da Reserva Especial de 2017, na proporção das participações dos acionistas no Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 8.139.100, líquido do IRRF e arredondamento necessários. Dessa forma, em abril de 2018 o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia passou para R\$ 343.139.100, representado por 3.431.391 ações ordinárias, após a ratificação da Assembleia Geral Ordinária, em reunião realizada em 27 de abril de 2018. d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Conforme Deliberação do Conselho de Administração, no exercício social de 2018 foram realizadas mensalmente as provisões de Juros sobre o Capital Próprio, com base no patrimônio líquido, até o limite regulatório de 50% da base de cálculo tributável (Lei nº 9.249/1995, RIR/1999, artigo 347; e IN SRF nº 93/1997, artigo 29). Nos termos da legislação tributária vigente, observando o patrimônio líquido, em conjunto com o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu provisões no montante de R\$ 22.537.597, a título de juros sobre o capital próprio, limitado à variação TJLP sobre o patrimônio líquido, valor correspondente a R\$ 6,62040807, por ação ordinária. A Administração propôs o crédito aos acionistas dos juros sobre o capital próprio, imputado ao dividendo obrigatório (artigo 202, da Lei nº 6.404/76, artigo 9º, da Lei nº 9.249/95 e Estatuto Social), no valor de R\$ 11.608.988, o qual será efetivamente pago após a deliberação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em 30 de abril de 2019. O valor remanescente de R\$ 10.928.609, dos juros sobre o capital próprio provisionado (artigo 9º, da Lei nº 9.249/95), juntamente com os R\$ 23.732.673 referentes ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal e provisionamento do JCP imputado ao dividendo obrigatório, perfazendo o total de R\$ 34.661.282 foram reclassificados para a rubrica Reserva Especial, no Patrimônio Líquido, cuja proposta da Administração será a destinação para futuro aumento do capital social da Companhia.

11. Remuneração dos Administradores, Conselho e Empregados: A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado ("CODEC") deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabelece ainda uma Gratificação Anual aos Administradores, "pro rata temporis", no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano, equivalente ao 13º salário. Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual anual, conforme disposto no parecer CODEC nº 1/2018, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais, na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Honorários da diretoria e conselho	1.333.815	1.017.146
Salários - empregados	301.890	290.721
Vale Refeição - empregados	11.014	11.551
Vale Alimentação - empregados	-	6.266
Férias e 13º salário - empregados	67.428	63.363
Licença remunerada	58.256	54.907
Gratificação anual	90.710	76.526
Despesa de INSS	432.132	352.915
Despesa de FGTS	98.379	88.423
Total de despesas	2.393.624	1.961.818

Continua

Continuação

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

12. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado

	2018	2017
	Exercício	Exercício
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	318.745	307.972
CETIP	78.861	138.449
Banco Mandatário	77.606	75.819
Assessoria Contábil	129.944	117.143
Agente Fiduciário	49.250	54.267
Agência de Rating	39.724	38.823
	694.130	732.473
b) Anúncios e Publicações		
c) Despesas Legais e Societárias		
d) Outras Despesas Operacionais		
Taxa CVM	38.078	58.019
Sindicato	-	9.476
Seguros D&O	45.050	35.366
Outras despesas operacionais	36.645	30.132
	119.773	132.993
e) Doações		
Doações:	70.742	-

Doações: Com base no Decreto Estadual nº 61.367/2015, e respeitado o limite máximo de dedutibilidade previsto na legislação federal, no exercício social de 2018 a Companhia efetuou doações ao Fundo Estadual do Idoso (Lei nº 14.874, de 1º de outubro de 2012) e ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.074, de 21 de outubro de 1992), no total de R\$ 70.742.

13. Resultado Financeiro

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Receitas financeiras:		
Rendimento fundos investimentos	5.886.999	14.620.988
Operações Compromissadas	-	3.205
Juros Ativos - Selic	350.173	904.465
Descontos obtidos	4.579	6.463
Subtotal	6.241.751	15.535.121
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	283.032	350.924
Tarifa Bancária	359	294
Multa e juros incorridos	10.468	2.654
Subtotal	293.859	353.872
Total do resultado financeiro	5.947.892	15.181.249

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	72.762.295	89.720.801
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	(14.166.115)	(52.292.643)
(+) Adição Despesas Inedutíveis	664.547	169.379
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	59.260.727	37.597.537
JCP Provisionado	(22.537.597)	(18.798.769)
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	(11.016.939)	(5.639.630)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	25.706.191	13.159.138
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	6.331.805	3.265.784
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	2.313.557	1.184.322
IRPJ e CSLL sobre Ajuste a Valor Justo	4.305.815	16.975.527

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou um estoque remanescente de crédito tributário de R\$ 1.331.311, equivalente a 34% sobre a base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar, referentes aos exercícios sociais de apuração de 2013 e 2015, não registrados como tributos diferidos no ativo da Companhia, em virtude de sua realização ser classificada como incerta à época.

15. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão: Os Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios do PPI e do PEP estabeleceram a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios ou na hipótese do recebimento direto pelo Estado dos Direitos Creditórios cedidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizados eventos de indenização entre o Estado de São Paulo e a Companhia, no montante total de R\$ 116.221.068, sendo R\$ 114.428.204 concernentes às hipóteses de indenizações previstas no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e R\$ 1.792.864, do PPI. Os ajustes foram favoráveis à Companhia, permitindo a compensação dos respectivos valores apurados para a redução do saldo devedor das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. As amortizações financeiras antecipadas das debêntures da 2ª série da 2ª emissão, efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R\$ 289.875.467 (R\$ 282.873.285, em 2017). Com o evento do resgate integral das debêntures subordinadas em 31 de outubro de 2016, mencionado na nota explicativa nº 1, os fluxos excedentes oriundos da arrecadação dos direitos creditórios do PPI passaram a ser alocados preferencialmente na amortização financeira antecipada das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. Informamos, ainda, em relação às debêntures 2ª série da 2ª emissão, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas amortizações extraordinárias, compensando o montante de R\$ 343.883.872, mediante a dação em pagamento do estoque de direitos creditórios de PEP rompidos até dezembro de 2017. **16. Operações Com Partes Relacionadas:** Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PPI (1ª Estruturação), no montante de R\$ 2.079.840.969, de 1º de março de 2012, bem como o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (2ª Estruturação), de 28 de novembro de 2014, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, foram firmados com o Estado de São Paulo controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as transações existentes com partes relacionadas são:

Notas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa) Exercício
Estado de São Paulo				
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	5	6.758.450	206.545	9.401.698
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	5	102.599.555	9.533.097	243.891.335
- Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	1 e 7	(434.583.023)	(94.233.794)	(1.115.963.009)
- Valores Transitórios a pagar	8	(2.105.967)	-	(3.739.493)
- Receitas de Indenização	15	-	116.221.068	-

17. Gerenciamento de Riscos: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

Natureza do risco associado	31/12/2018		31/12/2017	
	Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco				
Caixa e Bancos	Mercado, liquidez e crédito	55.237	1.040.700	
Aplicações Financeiras	Mercado, liquidez e crédito	66.951.640	113.088.124	
Direitos Creditórios *	Mercado, crédito, liquidez e operacional	939.911.384	1.547.308.209	
Passivos expostos a risco				
Debêntures **	Liquidez, mercado e operacional	620.339.768	1.323.412.858	

* Excluído o saldo exposto a risco, dos direitos creditórios rompidos, passíveis de utilização para amortização/pagamento de debêntures; ** Saldo das debêntures, líquido dos direitos creditórios rompidos. **Estrutura do gerenciamento do risco:** A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros aspectos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** -

Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabela abaixo:

Prazo	31/12/2018			
	Debêntures c/Garantia Real - 3ª Emissão	Debêntures Mezanino	2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	26.730.311	6.668.594	34.522.178	2.105.967
3 a 6 meses	25.033.593	4.851.428	36.375.278	-
6 a 12 meses	44.273.134	9.114.764	54.515.356	-
1 a 3 anos	35.517.709	142.925.217	178.597.720	-
3 a 5 anos	-	-	27.972.936	-
Total	131.554.747	163.560.003	331.983.468	2.105.967

Prazo	31/12/2017			
	Debêntures c/Garantia Real - 3ª Emissão	Debêntures Mezanino	2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	37.369.062	14.351.031	70.450.371	3.739.493
3 a 6 meses	32.735.471	9.596.438	68.224.870	-
6 a 12 meses	57.254.030	15.330.694	112.043.171	-
1 a 3 anos	131.057.658	109.264.516	271.740.528	-
3 a 5 anos	-	53.783.981	326.913.865	-
Acima de 5 anos	-	-	22.698.869	-
Total	258.416.221	202.326.660	872.071.674	3.739.493

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição prevista nos títulos emitidos que permite pré paga-los com as antecipações efetuadas pelos devedores. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar essas eventuais deficiências, a Companhia estabeleceu políticas, processos, procedimentos e rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes, inclusive por aqueles mandatados fiduciariamente, e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos. A Companhia prevê maior automação dos registros de evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocados no mercado, de forma a reforçar os controles internos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures Subordinadas e pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Com relação à 3ª Emissão e a 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro de recebíveis, porém estes recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração flutuante com base no DI, adicionado de spread fixo. As expectativas do mercado para a inflação no curto prazo continuam favoráveis, indicando a continuidade de uma taxa de inflação abaixo da meta para a inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, tendo como fator principal o declínio acentuado da atividade econômica e da demanda agregada. Não obstante o movimento de estabilidade da taxa básica dos juros brasileiro verificada nos últimos meses, o juros real ainda apresenta-se elevado. Neste contexto, onde persiste a necessidade de estimular uma reação da economia brasileira, a fim de destravar os investimentos privados, reduzir o desemprego e melhorar a arrecadação, o cenário provável é a de que o Comitê de Política Monetária venha a fazer um suave ajuste, reduzindo oportuna e ligeiramente a taxa básica de juros em alguma de suas próximas reuniões, podendo encerrar o ano de 2019 com a taxa SELIC no patamar de 6,25% ao ano. A confirmação deste cenário ensejará em uma melhora adicional no resultado líquido da Companhia, sobretudo nas operações relacionadas à 2ª Estruturação, em razão da maior proporção de ativos pré-fixados na carteira da Companhia, relativos aos direitos creditórios do PEP. Com relação às operações vinculadas à 1ª Estruturação, tendo em vista que remanesce ativa apenas a porção residual e excedente do lastro da carteira de recebíveis do PPI, não obstante esta carteira ser pós-fixada, o resultado será invariavelmente positivo, pois não há mais custo, em razão da quitação das debêntures da 1ª emissão e das debêntures subordinadas. Na hipótese de elevação da taxa básica de juros, cenário este adverso a Companhia, o resultado líquido na visão consolidada tenderia a diminuir, conforme se observa no quadro abaixo.

Ativo	Cenários			
	Saldo 31/12/2018	Provável 6,25%	Possível (i) 7,81%	Remoto (ii) 9,38%
Aplicações Financeiras	66.951.640	71.136.118	72.182.237	73.228.356
Direitos Creditórios (PPI)	20.633.189	21.226.393	21.374.694	21.522.995
Direitos Creditórios (PEP)	1.028.636.200	1.154.952.725	1.154.952.725	1.154.952.725
Total do Ativo	1.116.221.029	1.247.315.236	1.248.509.656	1.249.704.077
Varição		131.094.207	132.288.627	133.483.048
Passivo	Saldo 31/12/2018	Provável 6,25%	Possível (i) 7,81%	Remoto (ii) 9,38%
Debêntures Garantia Real - 3ª Emissão	131.554.747	143.271.342	145.378.273	147.485.205
Debêntures Mezanino	163.560.003	178.300.848	180.922.920	183.544.991
Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão	434.583.023	487.949.818	487.949.818	487.949.818
Total do Passivo	729.697.773	809.522.008	814.251.011	818.980.014
Varição		79.824.235	84.553.238	89.282.241
Resultado = TT Ativo - TT Passivo		51.269.972	47.735.390	44.200.807
Resultado da Varição			(3.534.582)	(7.069.165)

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável. (ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável.

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 3.534.582. (ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 7.069.165. **18. Informação por Segmento:** A operação da Companhia consiste na emissão de valores mobiliários no mercado de capitais, lastreadas em Direitos Creditórios do programa de parcelamento de tributos, cedidos pelo Estado de São Paulo, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e a base para tomada de decisões dos administradores. **19. Lucro Básico e Diluído por Ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Lucro/Prejuízo do exercício	59.811.118	68.295.168
Número de Ações durante o exercício	3.404.261	3.350.000
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	17,56949	20,38662

20. Transações que não Impactaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa: Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveram o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2018, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação e da realização do ajuste a valor de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa, e que, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão dos montantes apurados nos eventos de indenização, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R\$ 116.221.068. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão do montante relativo às dações em pagamento dos direitos creditórios de PEP rompidos, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R\$ 343.883.872. **21. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou mesmo impactar os saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram eleger para o Conselho de Administração a Sra. Claudia Polto da Cunha e o Sr. Vitor Manuel dos Santos Alves Junior em substituição respectivamente ao Srs. Rogério Ceron de Oliveira e Guilherme Luís da Silva Tambellini, assim como e destituir a Sra. Kelly Lopes Lemes. O Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição: Claudia Polto da Cunha (Presidente), Jorge Luiz Avila da Silva, Vitor Manuel dos Santos Alves Junior e Fabio de Barros Pinheiro (Membro independente).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Polto da Cunha
Jorge Luiz Avila da Silva
Vitor Manuel dos Santos Alves Junior
Fabio de Barros Pinheiro

DIRETORIA

Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente
Max Freddy Fraendorf - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana de Moura Gabbai Stocche - Diretora de Gestão Corporativa

CONTADOR

Renato Vieira Pita

CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF 280.830.348-35

Continua

Continuação **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 25 de março de 2019, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 26 de março de 2019.

Célia Maria Silva Carvalho

Gustavo D'Ambrosio Arouinam

Marcelo Luís Saleme Lellis

Marcos D'Avino Mitidieri

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 25 de março de 2019.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana de Moura Gabbai Stocche
Diretora de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V, do parágrafo 1º, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 25 de março de 2019, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 25 de março de 2019.

Max Freddy Frauendorf
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana de Moura Gabbai Stocche
Diretora de Gestão Corporativa

Jorge Luiz Avila da Silva
Diretor Presidente

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2018

1. Introdução: **1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria da Companhia Paulista de Securitização foi instituído em cumprimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, e ao Estatuto Social, sendo seus membros eleitos pelo Conselho de Administração em 8 de agosto de 2018. **1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria:** Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da CPSEC, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Diretoria da Companhia e órgãos de assessoria, para discutir assuntos relativos ao planejamento e execução de auditoria das demonstrações financeiras do exercício com executivos representantes da PWC Auditores Independentes. **1.3 Composição:** O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Possuem capacitação técnica para o exercício do cargo, são independentes e suas funções são indelegáveis. **2. Atividades Realizadas No Período:** O presente relatório contempla informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, incluindo as atividades até a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O Comitê de Auditoria reuniu-se 4 (quatro) vezes no ano de 2018 e 3 (três) em 2019, realizando sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações à Administração acerca de melhorias nos processos. Essas reuniões envolveram os Diretores, os representantes da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp, a Procuradoria Geral do Estado - PGE, o Agente Fiduciário das Emissões de Debêntures da Companhia e os Auditores Independentes. As atas das reuniões expressam de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração e os documentos e relatórios apresentados permanecem à disposição, na sede da Companhia, aos Auditores Independentes e Órgãos de controle e fiscalização a que a Companhia se submete. **3. Temas Abordados:** No período os principais temas abordados foram: (i) indicadores gerenciais; (ii) orçamento; (iii) operações com partes relacionadas; (iv) contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; (v) demonstrações financeiras do 3º tri/18; (vi) papéis de trabalho do auditor externo; (vii) avaliação do planejamento estratégico 2019 - 2023; (viii) avaliação do plano de negócios 2019-2023; (ix) exame do termo de referência do edital para licitação de serviços de auditoria interna; e (x) controles internos. **4. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos:** A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Companhia, bem como, de controles internos para prevenir, detectar e corrigir os erros e irregularidades significativas. O Comitê de Auditoria registra como adequada a atuação da administração da

CPSEC com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia, embora passíveis de maior automação dos processos, o qual recomenda o seu desenvolvimento. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. **5. Avaliação da Efetividade das Auditorias Independentes:** O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), auditores independentes da CPSEC, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais, conforme relatório sobre a adequação das demonstrações financeiras, apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela PwC no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Companhia e auditoria das demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2018 e do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. **6. Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras:** A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Diretores para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela Companhia na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e pela CVM. Discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. **7. Conclusões:** Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da Companhia e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Companhia. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 25 de março de 2019.

Fábio de Barros Pinheiro

Andrea Maria Ramos Leonel

Sergio Citeroni

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Securitização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 16, as operações da Companhia são substancialmente realizadas junto ao Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Carteira de direitos creditórios (Notas explicativas 5 e 9)</p> <p>A Companhia possui direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo. Tais ativos são originários de créditos tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP), os quais foram adquiridos por meio de emissão de debêntures lastreadas nos referidos direitos creditórios, sendo o cedente das operações o próprio detentor das debêntures subordinadas (Notas explicativas 1 e 5). A Administração da Companhia classificou tais direitos creditórios como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota explicativa 3b).</p> <p>Na data de apresentação das informações financeiras, a Companhia avalia se deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considerando as características dos direitos creditórios, quando não for observada qualquer das condições estabelecidas e necessárias à continuidade dos parcelamentos nos termos dos respectivos programas de parcelamento, os referidos direitos creditórios são transferidos para a categoria de "créditos rompidos" e imediatamente utilizados na forma de dação em pagamento para amortização antecipada das debêntures subordinadas junto ao Estado de São Paulo (Nota explicativa 3c).</p> <p>A existência e valor recuperável dos direitos creditórios continuam sendo importantes em nossa auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e do volume de operações.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos de autorização, processamento, registro e baixa das operações. Confrontamos os valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis dos direitos creditórios.</p> <p>Realizamos teste para uma amostra de direitos creditórios, a fim de analisar a existência (lastro do ativo), valor correto e integridade com a documentação da operação e da inspeção das amortizações de parcelas nos extratos bancários.</p> <p>Adicionalmente, recalculamos o valor contábil dos direitos creditórios de acordo com seus respectivos prazos e taxas efetivas.</p> <p>Analisamos em base amostral a documentação relativa aos termos de dação em pagamento dos créditos rompidos utilizados para a amortização antecipada das debêntures subordinadas.</p> <p>Analisamos a consistência das informações divulgadas nas notas explicativas com as obtidas em nossa auditoria.</p> <p>Consideramos que os resultados dos nossos procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada de auditoria, no contexto de relevância das demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em

relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avallamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avallamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador
CRC 1SP197007/O-2